

Cara e coroa: ditadura e interesses econômicos nos casos argentino e brasileiro

Hernán Ramiro Ramírez¹

Resumo

A comunicação aborda a relação estabelecida entre os interesses econômicos e as ditaduras instauradas na Argentina e no Brasil, especialmente em sua gestação e consolidação, assim como nas transformações estruturais operadas no período ou que serviram de base para outras ocorridas posteriormente, em particular os processos de endividamento, concentração, transnacionalização e modificação das matrizes produtivas. Conjuntamente a estudar as relações mantidas com grupos empresariais, nos interessa entender o crescente protagonismo alcançado por diversos institutos de estudos econômicos, que operavam dentro da órbita da ortodoxia, na elaboração e implementação de políticas públicas, inclusive substituindo a burocracia estatal nessa tarefa. Esses intelectuais foram os encarregados de oferecer argumentos legitimadores para os golpes de Estado em primeira instância e os governos autoritários posteriormente, tarefa não apenas possibilitada pelo patrocínio de poderosos grupos econômicos, mas também pela ação repressiva das ditaduras, que silenciaram opções teóricas contrárias às suas posições, com o que abriram caminho para consolidar seu discurso e suas práticas como hegemônicos.

Palavras-chave: Ditadura – Brasil – Argentina

De forma habitual associamos cronologicamente a onda neoliberal que assolou a América Latina com as décadas de 1980 e, fundamentalmente, 1990, como fruto da dolorosa imposição do Consenso de Washington. Não obstante, consideramos que ela não foi origem, mas, em essência, conseqüência de um lento processo que amadureceu tempo antes, no qual atores sociais e instituições provocaram e foram transformados por mudanças profundas que permitiram que essas idéias e interesses firmassem pé e posteriormente conquistassem legitimidade.

A possibilidade de que essas medidas de caráter ortodoxo fossem implantadas está associada à crise do modelo substitutivo do final da década de 1950 e, sobretudo, seu agravamento na primeira metade da década de 1960, a qual desencadeou profundas transformações não só no Brasil e na Argentina, mas também em outros países da região, alterando algumas tendências anteriores quanto ao desenvolvimento de sua matriz econômica, o que por sua vez incidiria na força e nos padrões de comportamento

¹ Universidade Estadual de Londrina.

dos agentes sociais, em especial aqueles que eram fundamentais para a elaboração, escolha, implementação e sucesso das políticas econômicas.

Os efeitos mais importantes dessas mudanças foram os que levaram à desestruturação de antigos atores e ao surgimento de outros novos, produzindo-se assim uma redistribuição de seus pesos econômico, social e político. Entre eles, destaca-se a ascensão de grupos econômicos altamente concentrados e integrados horizontal e verticalmente, que ganhavam espaço por suas dimensões e que começaram a gravitar no cenário nacional e a demandar adequações estruturais.

Dessa maneira, transformaram-se algumas das precondições nas quais havia se estabelecido até aquele momento, num complexo processo, caracterizado pelo surgimento de conflitos, principalmente entre atores que propiciavam essas mudanças e outros que resistiam a elas, que se impuseram aos acordos estabelecidos durante sua fase constitutiva.

Nessa época, os conflitos sociais retomaram vigor e excederam seus marcos respectivos, estabelecendo-se em nível político nacional de forma mais ou menos generalizada, alcançando a órbita estatal, já que a luta de classes não se dirimia de forma direta, mas era intermediada por aquela. Constituía-se assim o que podemos qualificar como uma crise de hegemonia, já que o controle da classe dominante foi contestado, sem que ela pudesse mantê-lo pela via do consenso, razão pela qual precisou recorrer a métodos mais diretos e, em última instância, ao uso da força para restabelecê-lo.

Por outra parte, essa circunstância não preocupava apenas os líderes locais, mas alertou também os representantes dos países capitalistas avançados, particularmente dos Estados Unidos, preocupados em manter a obediência hemisférica e as relações de dominação que davam sustentação ao modelo fordista, que também entraria em crise no início da década seguinte.

Com o aumento da concorrência e dos conflitos entre e intra classe, assim como as dificuldades que os empresários e os interesses norte-americanos tinham em utilizar estruturas partidárias de direita, que nunca alcançaram se firmar como opção no Brasil e na Argentina, e certa refração por parte dos governantes do momento, as elites tiveram que se organizar melhor e encarar novas tarefas para enfrentar os desafios que as novas circunstâncias lhes apresentavam.

Alguns setores da classe dominante tiveram que participar mais diretamente na luta política e ideológica, inclusive formando parte da administração estatal. Para isso, precisaram consolidar, dar maior flexibilidade ou criar novas estruturas organizacionais, com as quais puderam intervir mais convenientemente no embate, as quais passaram a ter como pilares distintivos um recrutamento mais homogêneo, uma forte construção discursiva e um novo repertório de ações.

Conjuntamente como reforço a algumas das organizações corporativas de velho cunho, os empresários criariam outras novas, com estruturas mais apropriadas para a luta ideológica, já que aquelas demonstravam certa rigidez, difícil de se adaptar para alcançar os novos objetivos. Como frutos dessas preocupações se criou, no Brasil, o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPÊS)² e, na Argentina, a Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas (FIEL) e a Fundación Mediterránea, entre outras entidades, casos nos quais centraremos nossa análise.

Devido à magnitude do trabalho não faremos incursões em alguns centros patrocinados por apenas uma empresa, não mencionaremos tampouco outros centros privados que gozavam de uma maior independência em relação ao mundo empresarial, nem aqueles que nasceram findando os governos ditatoriais³.

Além de ser uma resposta ao aumento dos conflitos sociais no âmbito da sociedade civil e com o Estado, essas organizações também vinham preencher uma lacuna deixada pelas entidades corporativas de matriz tradicional, que tinham uma maior exposição pública e uma menor coesão ideológica, derivada, em parte, do fato de congregar, ou pretender, à totalidade do setor, às suas divisões internas e à alta intromissão por parte do Estado, visível no caso brasileiro desde a época de Getúlio Vargas e nas sucessivas ilegalizações que, de forma alternada, sofreram a Unión Industrial Argentina (UIA) e a Confederación General Económica (CGE) no caso argentino.

Paralelamente, esses agentes, no seu confronto com outros atores sociais, utilizaram como estratégia de luta o esvaziamento ou eliminação de instituições, tanto

² Contrariamente seu uso mais comum, empregamos a sigla com acento circunflexo, conforme foi registrada oficialmente sua logomarca, que incluía também a figura de uma árvore estilizada.

³ A pesquisa mais ampla para o caso brasileiro corresponde à obra de Maria Rita Loureiro, *Os economistas no governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 1994 e para os Institutos Liberais ver Denise Barbosa Gros, *Institutos Liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Teses FEE, nº 6, Porto Alegre, setembro de 2003.

estatais quanto privadas, que pudessem contrariar seus interesses, fossem aquelas que serviam para a ação como outras que pudessem elaborar e implementar políticas econômicas alternativas, o que se tornaria vital para que as idéias do Consenso de Washington se firmassem e frutificassem nestas latitudes já que, dessa forma, encontrariam o caminho livre, ou bastante liberado, de alternativas com poder real de enfrentá-las.

Sucintamente, o IPÊS foi fundado por importantes lideranças empresariais e militares brasileira em 1961. No começo, com sede em São Paulo, posteriormente seria criada uma seção no Rio de Janeiro, assim como entidades congêneres, principalmente em Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. Essa instituição teve grande participação na desestabilização do governo de João Goulart, no golpe de 1964 e na consolidação posterior do regime militar, encerrando suas atividades em 1971, após um período de decadência, iniciado em 1967. No Instituto congregaram-se fundamentalmente grandes empresários e representantes do capital nacional e internacional, fundamentalmente das frações industrial e financeira.

A FIEL foi criada em 1964 por quatro entidades corporativas de cúpula da burguesia argentina: a UIA, a Sociedad Rural Argentina (SRA), a Cámara Argentina de Comercio (CAC) e a Bolsa de Comercio de Buenos Aires (BOLSA). Posteriormente, seriam incorporadas outras empresas como patrocinadoras e as corporações representativas dos bancos, a Asociación de Bancos de la República Argentina (ABRA) e a Asociación de Bancos Argentinos (ADEBA), passando, assim, a englobar todas as frações da grande burguesia. Essa característica seria potenciada pelo fato da entidade professar posturas ortodoxas, em sintonia com o Movimiento Industrial Argentino (MIA) e com o Consejo Empresario Argentino (CEA).

A Fundación Mediterránea nasceu em 1977, conjuntamente com o Instituto de Estudios de la Economía Latinoamericana (IEERAL)⁴, que operava sob seu patrocínio. Ela tinha como antecedente a Comisión de Estudios Económicos y Sociales (CEES), criada em 1969 pelo mesmo grupo fundador, razão pela qual a consideramos como uma continuidade desta, aglutinando, em primeira instância, os médios e grandes empresários da província de Córdoba e, posteriormente, os médios e grandes empresários do Interior argentino, na sua maioria vinculados ao Movimiento Industrial

⁴ No ano de 1996, o IEERAL mudou seu nome para *Instituto de Estudios de la Realidad Argentina y Latinoamericana* (IERAL).

Nacional (MIN), que atuava como corrente interna da UIA. Esse processo de metamorfose teria seus pontos de inflexão em 1982, com a criação da filial Buenos Aires e a incorporação de poderosos associados, e a forte expansão territorial experimentada a partir de 1989, que abarcaria todas as zonas nevrálgicas do âmbito econômico da Argentina.

Em outros trabalhos temos estudado a forma como esses institutos cooptaram seus membros, estruturaram-se e atuaram como grupos de pressão fundamentais para deflagrar os golpes de Estado e legitimar os governos autoritários que se instalaram posteriormente. O que nos interessa aqui é analisar o transcurso seguido por um conjunto de idéias e interesses que foram prosperando sob seu amparo e lhes deram sustentação, a maior parte das quais integrariam o decálogo de Washington, sendo impostas como políticas econômicas pelos governos autoritários e posteriormente pelos democráticos.

Para que nos sirva de referência no futuro, lembramos que o decálogo de Washington estabelecia como pontos centrais: disciplina fiscal, ordem de prelação dos objetivos do gasto público, reforma tributária, liberalização financeira, tipos de câmbio, liberalização do regime de comércio exterior, inversão estrangeira direta, privatização, desregulamentação e direitos de propriedade⁵ que, como veremos, já estavam em discussão no Brasil e na Argentina desde algum tempo.

Passando aos nossos estudos de caso, constatamos que, entre 1962 e 1963, o IPÊS desenvolveu análises sobre uma ampla gama de questões, fundamentais para a reforma integral do Brasil, com o propósito de participar no debate político e constituir-se num contrapeso às propostas vindas de outros setores, habitualmente englobados sob o adjetivo “progressista”, nessa tarefa precisou articular-se com outros institutos de pesquisa, como o IBAD, nos casos da Reforma Agrária e da Habitação Popular, e a FGV, nos casos da Reforma Administrativa e Reforma Tributária.

Esses estudos começaram com propostas de atualizar a legislação empresarial vigente, visando uma modernização no setor que permitisse articular interesses entre distintas frações burguesas e o proletariado, assim como com o próprio Estado.

⁵ WILLIAMSON, John. Policy Reform in Latin America in the 1980s. Comunicação apresentada na conferência Structural Adjustment: Retrospect and Prospect, American University, Washington DC, março de 1991 e Una estrategia de desarrollo para América Latina en la década de 1990. In: IGLESIAS, Enrique, (edit.). *El legado de Prebisch*. Washington DC: BID, 1993, pp. 175-185.

Inscrevem-se, nesse sentido, os trabalhos sobre Legislação Anti-trust, Remessa de Lucros, Reforma Bancária, o Projeto de Reforma Tributária e Política Fiscal, o Anteprojeto para a venda aos interesses privados das ações do governo em empresas estatais, o Projeto de Lei sobre o Código de Telecomunicações, o Projeto de Lei sobre Democratização do Capital, Participação dos Empregados nos Lucros das Empresas e 13º e o Projeto de Habitação Popular.

A reestruturação institucional também entrou em pauta. Assim, foi realizado um estudo sobre a “Reforma Constitucional”, introduzindo elementos da ideologia da Segurança Nacional, incorporando, como propostas, aquelas que contemplavam a visão da ESG a respeito do assunto, assim como eliminavam alguns pontos considerados “obsoletos” e “desajustados”, entre os quais, o planejamento, o direito de greve aos trabalhadores, a mobilização política e o aumento de poderes para o Executivo e para o governo federal.

Também foram realizados estudos específicos sobre cada poder nos trabalhos “Reforma do Legislativo e da Administração Pública” e “Reforma Judiciária” e inclusive outro sobre “Reforma Eleitoral”.

O projeto de “Reforma Agrária”, concebido em parceria com o IBAD, foi chave no *front* político. No entanto a questão provocou alguns atritos entre as seções do IPÊS/Rio e do IPÊS/SP, já que o projeto almejado pela liderança política carioca satisfazia aos setores agroindustriais, no entanto, parecia drástico demais para os interesses dos paulistas, proprietários de terras, que faziam parte do IPÊS/SP.

Nessa série de estudos, o IPÊS prestou atenção a diversos problemas estruturais da economia brasileira. Direccionam-se, nesse sentido, o trabalho sobre “A participação das empresas governamentais na formação do produto nacional”, elaborado pela BRASTEC, com a participação do Instituto, e o trabalho sobre a “Inflação e suas Causas”.

No caso argentino, as obras mais importantes elaboradas pelos economistas da FIEL, que sintetizaram suas principais linhas de pensamento, estão compostas pelos trabalhos *El gasto público en Argentina. 1960-1988*; *El Fracaso del estatismo: Una propuesta para la reforma del sector público argentino*; *Regulaciones y estancamiento: el caso argentino*; *Los costos del Estado regulador. El control de cambios en la Argentina*; *Control de precios e inflación* e *El sistema impositivo argentino*.

Dos trabalhos da FIEL, agrupados na etapa de plena vigência do Consenso,

podemos destacar: *Argentina: hacia una economía de mercado; Argentina: la Reforma Económica 1989-1991, balances y perspectivas*; e *Hacia una nueva organización del federalismo fiscal en Argentina*. Tais obras tinham como objetivo analisar e fazer conhecer uma extensa linha de políticas consideradas saudáveis pelo liberalismo econômico ortodoxo argentino, para serem aplicadas no país, com as quais participariam do debate político e na agenda de reformas durante a década de noventa.

É de salientar que, a maior parte desses trabalhos foram levados adiante por pessoas que tinham realizado estudos de pós-graduação no exterior, particularmente nos Estados Unidos, financiados pela própria FIEL que, por sua vez, recebia recursos de outras instituições para esse fim, em especial da Fundação Ford, no início, e, posteriormente, do CEA.

A Fundación Mediterránea contribuiria nesse debate mais tardiamente, mas muitas de suas contribuições conheciam raízes mais longínquas. No entanto, não pretendemos seguir todas elas, e sem apenas duas, que revelaram ser os pilares de seu pensamento e ação política: a que falava de “regras claras, simples e de aplicação o mais automática possível” e da contribuição acerca da convertibilidade.

A primeira nasceu antes da própria Fundação, com a CEES, quando sua equipe técnica levou adiante os estudos sobre “La distribución del gasto público entre las provincias y la Municipalidad de Buenos Aires”, que demonstravam a existência de assimetrias importantes na distribuição dos recursos públicos, que acarretavam maiores custos de produção para as regiões prejudicadas.

Tal constatação foi analisada posteriormente por Aldo Dadone na sua tese doutoral, *Un análisis dinámico de equilibrio general de la concentración regional*, e a expressão será novamente empregada por Domingo Cavallo, já ministro, no seu primeiro discurso nesse cargo diante dos sócios da Fundación Mediterránea.

Cavallo defendeu em Harvard sua tese doutoral intitulada *Los efectos estangflacionarios de las políticas monetárias de estabilización*, o que nos dá um claro sinal do itinerário de onde nascem algumas das idéias mais importantes posteriormente por ele aplicadas.

Assim, a convertibilidade, como outras políticas, não foram invenções tiradas da cartola num momento qualquer e sim um processo de elaboração de idéias mais complexo, no qual interviriam indivíduos e instituições, locais e internacionais, assim como os que os patrocinaram.

Conclusão:

Dessa forma, podemos coligir que o processo de elaboração de políticas públicas, conhecido sob a denominação Consenso de Washington, não foi imposto desde o exterior numa conjuntura particular, senão que o mesmo percorreu um longo caminho, no qual diversos institutos econômicos entrelaçaram ferrenhamente os interesses de uma nova tecnoburocracia com os de grupos empresariais e forças internacionais, sejam elas privadas ou governamentais.

Essas organizações adotaram a luta ideológica como um aspecto central do confronto social e político, pensando-se como um baluarte nesse sentido. Tal necessidade era consequência da dimensão que alcança no capitalismo a legitimidade nesse âmbito, as dificuldades dos empresários para realizar por si mesmos uma tarefa desse tipo, assim como da concorrência com posições ideológicas contrárias. As entidades corporativas existentes tampouco eram adequadas para esse fim, já que se encontravam presas a conflitos internos e identificadas com a defesa de interesses particulares de forma direta, o que as tornava pouco ágeis no momento de articular posições mais homogêneas e eram demais evidentes ao justificar seus interesses, ainda que cobertos pelo manto da neutralidade científica.

Outro dos problemas enfrentados era a complexidade para produzir conhecimento nos níveis exigidos pelos novos parâmetros, já que ele se especializou em tal grau que demandava a participação de pessoal específico, com um prolongado e custoso período de formação, mobilizando inclusive instituições estrangeiras.

Por isso, a partir daquela época os tecnocratas passaram a ocupar um lugar central na elaboração de discursos e até de certas práticas políticas cotidianas. O especialista converteu-se num elemento chave que foi substituindo, paulatinamente, o burocrata tradicional, porque o primeiro estava capacitado para traduzir os interesses e desejos dos empresários como enunciados cientificamente aceitos e, desse modo, outorgar-lhes um marco de legitimidade diante de outros agentes sociais, assim como assumir, no caso necessário, sua implementação.

Desse modo, na década de 1980, com maior força, na de 1990, a linguagem dos economistas ganhou sustento próprio, prescindindo de outros discursos que o legitimassem, tendência que não era apenas latino-americana, senão mundial, e que colocou no centro da cena a teorias monetaristas com elaborados modelos matemáticos,

que requeriam economistas, particularmente especializados em econometria, para interpretarem-nos adequadamente.

Conjuntamente, os procedimentos das agências de financiamento e cooperação internacionais tornavam-se cada vez mais complexos; momento em que também os países e suas elites tecnocráticas eram submetidos a exaustivos monitoramentos e táticas de disciplinarização para ingressarem a/ou se manterem em determinados programas, tendo desempenhado um papel importante nesse processo as agências governamentais e fundações privadas dos Estados Unidos.

O trânsito rotineiro por universidades estrangeiras, em particular norte-americanas, passou a desempenhar uma função semelhante, de forma clara a partir da década de setenta.

Também a colocação da tecnocracia num local central fez emergir um problema de vital importância diante da possibilidade de que suas origens sociais fossem diferentes das da classe dominante, sendo necessária a construção de vínculos que assegurassem a fidelidade desses novos agentes e impedissem que eles ganhassem liberdade. Em princípio, os golpes militares, pelo uso da força, afastaram essa possibilidade. Não obstante, a reconstituição do consenso, em longo prazo, requeria novas formas de laços, que gerassem compromissos duradouros e sutis, para os quais colaboravam, evidentemente, os salários como pesquisadores das instituições, assim como a sua inserção em redes locais e internacionais, que além de oferecer oportunidades, comprometiam socialmente seus componentes.

Assim, as respostas a essas tensões e transformações, depois de traduzidas ideologicamente, eram canalizadas pelas organizações no âmbito político através de meios diretos de ação sobre os aparelhos de Estado. Entre esses meios, encontramos como os mais comuns o apoio a golpes de Estado e a provisão de membros diretivos ou técnicos para ocupar postos importantes, aí incluídos cargos de ministros e funcionários de relevância nas carteiras da área econômica e cadeiras nos diretórios das principais empresas e bancos estatais e, em menor medida, a participação direta na luta eleitoral, em períodos democráticos, e a utilização do Parlamento quando este funcionava.

As três entidades pesquisadas mantiveram fortes relações com o setor militar, embora de forma diferente, o que denota algumas características particulares das Forças Armadas e da própria burguesia, assim como das matrizes de relação desses segmentos nos respectivos países.

Além, de ser um importante trampolim para ocupar cargos relevantes na estrutura estatal durante os regimes autoritários, essa relação revelou-se vital para garantir a supremacia das opções teóricas sustentadas por esses institutos, como demonstra o fato de que vários centros - como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o Instituto de Estudios Económicos y Financieros (IEEF) da CGE ou os cepalistas em geral, entre outros - foram desmontados por essas administrações, e que vários professores foram expulsos das universidades ou obrigados a se exilar, o que é visível no fato de que a área econômica do governo brasileiro, sob gestão autoritária, foi colonizada integralmente por membros do IPÊS e que, no caso argentino, o foi quase por completo por posições ortodoxas, escapando apenas durante a presidência do general Roberto Levingston, na qual primaram posições desenvolvimentistas.

Embora apoiassem invariavelmente os golpes militares e muitos de seus membros estivessem a eles vinculados, esses centros de pesquisa não eram contrários aos regimes democráticos, sua oposição centrava-se essencialmente às variantes populistas, que consideravam uma degeneração do sistema democrático, o qual era defendido e até alentado uma vez que, depurado, passasse a servir a seus interesses. A forma como se exercia a representação política não era o problema principal, mas sim os efeitos que ela provocava.

Por isso, a aposta em governos não democráticos tinha o risco de que o poder caísse em mãos de vertentes mais autoritárias, que fossem menos permeáveis ou refratárias aos interesses da burguesia, o que também se podia converter num problema, em especial devido às características nacionalistas e intervencionistas que na sua maioria estes governos adotavam.

Em contra de apostar em alternativas democráticas de mais longo prazo se encontrava a dificuldade de que os partidos de direita tinham para se firmar no panorama político local, apesar de muitas vezes utilizarem o generoso aporte dispensado pelo empresariado para que pudessem alcançá-lo e sempre terminarem perdendo nas disputas contra os partidos tachados como populistas ou de esquerda.

Apesar disso, com a redemocratização, se bem que estes últimos partidos alcançaram retumbantes vitórias nas urnas, não conseguiam formular políticas adequadas e com legitimidade suficiente para enfrentar os penosos problemas estruturais herdados, que recorrentemente terminavam em agudas crises econômicas, sociais e políticas. Tal problema radicava fundamentalmente na característica que esses

partidos e o sistema tinha adquirido na época, que os tinha convertido em máquinas eleitorais, direcionando suas forças ao embate interno e externo, e não davam merecida atenção à formulação de verdadeiros programas de governo, que procuravam avidamente no mercado, se por ventura venciam as eleições.

Vemos, assim, que uma das conseqüências mais importantes dessa ação era a colonização de diversos aparelhos de Estado, fundamentalmente da área econômica, produzindo, quase literalmente, uma “privatização” das instituições estatais.

Dessa forma, o bloco de poder, liderado por algum desses institutos, reorganizava ou tentava reorganizar o Estado e, sob seu controle, recompor sua própria posição. No entanto, muitas vezes podia existir certa incoerência no estabelecimento desses alianças, permitindo que outras facções obtivessem o controle de partes dos aparelhos estatais.

Finalmente, com o transcurso do tempo e na medida que as tensões enunciadas diminuía e as forças antagônicas perdiam legitimidade e sustentação, as atividades das classes dominantes “convertidas em Estado” passavam novamente a ser encobertas, dissimuladas e transfiguradas, assegurando a transubstanciação das relações de força e a transformação da violência que encerravam objetivamente em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais com menor gasto aparente de energia.

Isso era possível devido a ter se estabelecido certo consenso sobre o curso a seguir e as forças contrárias não terem o poder suficiente para curvá-lo. Dessa forma, o controle dos aparelhos de Estado tendia a se realizar através de maneiras indiretas, retornando seu comando às mãos de políticos profissionais ou burocratas com vinculações menos diretas e os empresários canalizavam novamente sua ação pela via das organizações corporativas, tendência que foi interrompida várias vezes no caso argentino.

Como podemos perceber, a implantação das diretrizes do Consenso de Washington foi possível graças à existência desses institutos de estudos econômicos, fortemente vinculados a interesses empresariais, que foram preparando o terreno, assim como silenciando opções teóricas contrárias, amparados nos governos autoritários que se sucederam e na debilidade congênita da jovem democracia, que não conseguiu manter ou montar estruturas, sejam estatais ou partidárias, que fossem capazes de gerar idéias e aglutinar interesses que se lhes opusessem.

Como tal, a exortação tecnocrática é um chamado para o consenso, embora esse seja permanentemente dinâmico, aqueles que a ele apelam não o fazem a partir dos

diferentes interesses em pugna, senão sob o *statu quo*. Uma vez ordenada a realidade, convida-se todos a estarem conformes com ela. O poder determinar a realidade implica também em ter a iniciativa na hora de defini-lo, não obstante na negociação possa conceder-se à grande parte dos excluídos a graciosa possibilidade de participar em sua formulação, mediante um acréscimo no discurso, nunca através de sua mudança.

Não obstante, advertimos que a forma como essas políticas foram implementadas manifestam uma resolução que, em muitos dos casos, excedia os princípios enunciados. Especificamente, podemos fazer referência ao estabelecimento da convertibilidade monetária, que passou a constituir o eixo do novo programa econômico argentino, uma audaciosa proposta de auto-atrelamento que em primeira instância despertou não poucos temores no mundo empresarial e político.

Bibliografia

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petropolis: Editorial Vozes, 1981.

GROS, Denise Barbosa. *Institutos Liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Teses FEE, nº 6, Porto Alegre, setembro de 2003.

LOUREIRO, Maria Rita. *Os economistas no governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

RAMÍREZ, Hernán. *Corporaciones en el poder*. Institutos económicos y acción política en Brasil y Argentina: IPÊS, FIEL y Fundación Mediterránea. Buenos Aires: Lenguaje claro Editora, 2007

WILLIAMSON, John. Policy Reform in Latin America in the 1980s. Comunicação apresentada na conferencia Structural Adjustment: Retrospect and Prospect, American University, Washington DC, março de 1991.

_____, Una estrategia de desarrollo para América Latina en la década de 1990. In: IGLESIAS, Enrique, (edit.). *El legado de Prebisch*. Washington DC: BID, 1993, pp. 175-185.